

Auditoria Compartilha - Edição nº 011/2021

Portaria nº 2532, de 04 de novembro de 2021

[Portaria nº 2532, de 04 de novembro de 2021](#)

Autorizar o remanejamento das seguintes unidades desativadas no sistema SIGADMIN.

[Portaria nº 2648, de 12 de novembro de 2021](#)

de informações e como ferramenta auxiliar na execução dos fluxos de trabalho.

[Portaria nº 2693, de 19 de novembro de 2021](#)

Altera o Regime de Trabalho Remoto para Terceirizados.

[Portaria nº 2775, de 30 de novembro de 2021](#)

Criar Central de Atendimento ao Usuário do Sistema Eletrônico de Informações (CAT-SEI)



[RESOLUÇÃO CS/ IFS Nº 98, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2021.](#)

Altera, ad referendum, o Regulamento de Atividades Docentes - RAD do IFS.

[RESOLUÇÃO CS/ IFS Nº 102, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2021.](#)

Alterações a Norma para Concessão de A

[RESOLUÇÃO CS/ IFS Nº 99, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2021.](#)

Aprova, ad referendum, o Projeto Pedagógico do Curso Técnico de Nível Médio em Segurança do Trabalho, na forma subsequente, ofertado pelo campus Nossa Senhora do Socorro do IFS.

[RESOLUÇÃO CS/ IFS Nº 100, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2021](#)

Alterações do Regulamento do Ensino Remoto Emergencial do IFS.

[RESOLUÇÃO CS/ IFS Nº 101, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2021](#)

Aprova, ad referendum, o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Informática, na Forma Concomitante, ofertado pelo Campus Propriá do IFS.

Acumulação de papéis de fiscais de TIC no

e

O equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos frente à variação provocada pelo fator acidentário de prevenção (FAP).

A fase preparatória da licitação e seu rito

A teoria da imprevisão e a (im)possibilidade jurídica de revisão dos preços registrados em ata de registro de preços da Administração Pública.

[Boletim de Jurisprudência nº 379](#)

Para fins de responsabilização perante o TCU, pode ser tipificada como erro grosseiro (art. 28 do [Decreto-lei 4.657/1942](#) - Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro) a decisão do gestor que desconsidera, sem a devida motivação, parecer da consultoria jurídica do órgão ou da entidade que dirige. Tal conduta revela desempenho aquém do esperado do administrador médio, o que configura culpa grave, passível de multa.

[Boletim de Jurisprudência nº 376](#)

A contratação de instituição sem fins lucrativos com dispensa de licitação fundamentada no art. 24, inciso XIII, da [Lei 8.666/1993](#) exige nexos efetivos entre o mencionado dispositivo, a natureza da instituição e o objeto contratado, além de comprovação da reputação ético-profissional da contratada e da compatibilidade entre os preços envolvidos na contratação e os preços de mercado (Súmula TCU 250).

[Boletim de Jurisprudência nº 376](#)

É ilegal a exigência de que atestados de capacidade técnica estejam acompanhados de cópias de notas fiscais ou contratos que os ~~estrem~~, uma vez que ~~o PDCR~~ ~~de~~ documentos de habilitação constante dos artigos 27 a 31 da [Lei 8.666/1993](#) é taxativa.

[Boletim de Pessoal nº 95](#)

No cálculo de proventos de aposentadoria pela média aritmética das maiores remunerações (art. 40, §§ 3º e 17, da [Constituição Federal](#), na redação da [EC 41/2003](#)), é lícita a inclusão do valor da gratificação natalina no cálculo da média, desde que a soma dos treze salários de contribuição no ano seja dividida por treze.

